



Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE MARÇO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kietse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmia da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Belo Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Bor-sato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Salame - Dufio Ganari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nereu - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 1997
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beiraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basilio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Selme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinho Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa deferre e procederá a verificação de votação.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa deferre e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Havendo número e declinado da Chamada Nominal pelo ilustre autor.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 221

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a reinclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária do Projeto de Lei nº 032/96.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) RENEY BORSATO.

REQUERIMENTO Nº 218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto de Resolução nº 06/97, aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do item 05, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 228/95, de autoria do Deputado Durval Amaral constante da Ordem do Dia da presente sessão. (03/03)

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita a reserva do grande plenário desta Casa para o dia 14 de março às 19:00 horas para ato contra a privatização da CIA. VALE DO RIO DOCE.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) DR. ROSINHA.

Apoiamento: Péricles de Mello.

REQUERIMENTO Nº 206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa Voto de Congratulações pela passagem do 32º aniversário da Revista "Paraná em Páginas", que tem como Diretor Geral o jornalista Cândido Gomes Chagas.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) CAIO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa homenagear uma Revista e um jornalista.

A Revista "Paraná em Páginas", pelos 32 anos de publicação de um jornalismo sério e isento.

O Jornalista Cândido Gomes Chagas, que sempre entendeu ser a notícia o caminho entre o fato e o boato; a independência e o mercenarismo; o trabalho e o relevo.

E, por ter as qualidades inerentes ao garimpeiro da notícia, optou pelo Fato Independência e trabalho, fatores que tem permitido à Revista "Paraná em Páginas", ter longa vida, mantendo credibilidade e respeito.

REQUERIMENTO Nº 207

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de congratulações, louvor e muito

aplausos ao casal Dilma Belo e João Belo que completaram 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de congratulações, louvor e muito aplauso ao casal Luiza Maria e Manoel Francisco de Paula que completaram 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 214

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à nova Diretoria do Instituto de Engenharia do Paraná, alusivos a sua posse ocorrida no último dia 25 de fevereiro do corrente, nesta Capital.

REQUER ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela diretoria, Engenheiro Civil Volmir Selig, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Emílio Pimenta nº 174, CEP 80010-050, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 215

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor José Simões de Paiva Neto, alusivos ao seu 56º aniversário, a ser comemorado no próximo dia 02 de março do corrente.

REQUER ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Sérgio Tomaz nº 740, CEP 01131-010 - Bom Retiro, São Paulo - SP.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 216

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao jornal Diário Popular, alusivos à comemoração do 34º aniversário de Fundação, no próximo dia 4 de março corrente.

REQUER, ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Presidente daquele jornal, Senhor Abdo Aref Kudri, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de novembro nº 1.190, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.03.97

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 211

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilmo. Sr. Domingos Tarço Murta Ramalho, DD, Presidente do BANESTADO, solicitando seja viabilizada a renegociação dos prazos das dívidas de aviários do Oeste e Sudoeste, financiados pelo Programa "Panela Cheia".

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros apelos nos têm chegado, dando conta da dificuldade de que os avicultores filiados à Associação Regional dos Avicultores do Oeste e Sudoeste vêm enfrentando para efetuar o pagamento dos financiamentos oriundos do Programa "Panela Cheia", em razão de estarem há mais de cem dias sem receber da Chapeod Companhia de Alimentos.

Assim, temos certeza de poder contar com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa, no sentido de solicitar ao Banestado que viabilize uma prorrogação de prazos para as referidas dívidas, sem prejuízo para os avicultores.

REQUERIMENTO Nº 213

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Armando e Lurdes Nadin, parabenizando o casal pelas Bodas de Prata, realizada no último dia 28 de fevereiro, em Flor da Serra, Município de Realeza - PR.

Sala das Sessões, em 03.03.97

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Família da relação de amizade deste parlamentar, as Bodas de Prata comemoradas pelo casal Armando e Lurdes no último dia 28 de fevereiro são motivo de extremo júbilo para todos os que com eles convivem.

A efêmeride marca os 25 anos de um casamento feliz, uma união que o tempo não desgastou. Ao contrário, cada ano que passava fortalecia a convivência, principalmente com a chegada dos filhos, criados e formados num clima de compreensão, amor e respeito.

Por tudo isso, este parlamentar solicita seja oficiado ao casal, parabenizando pela passagem das suas Bodas de Pratas, com inteira justiça, muito comemorada pela família e amigos.

REQUERIMENTO Nº 210

Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr.

Governador do Estado do Paraná, Dr. Jaime Lerner, solicitando relação das indústrias que foram trazidas ao nosso Estado durante as Gestões do Governo do Dr. Mário Pereira, Dr. Roberto Requião e Dr. Álvaro Dias respectivamente.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento pretende informar sobre a possível influência que estas indústrias teriam fornecido ao crescimento do nosso Estado, norteando como processo histórico a criação, parceria e incentivo de outras novas indústrias.

REQUERIMENTO Nº 212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja expedido Ofício à Superintendência Regional do INCRA/PR com Pedido de Informações adiante quesitado:

Em fins dos anos setenta, realizou o INCRA diversas desapropriações no Município de Chopinzinho, na região Sudeste do Paraná. Em relação a essas desapropriações, requer-se o seguinte:

1º) Cópia do(s) decreto(s) desapropriatório (s).

2º) Nome dos expropriados, com indicação individualizada das respectivas áreas lote/gleba/colônia/linha, matrículas, classificação, TDA's depositadas, TDA's devolvidas, TDA's a receber e nºs de autos e juízo em que tramitam as ações judiciais correspondentes.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Motiva-se o presente em denúncias trazidas ao parlamentar signatário por agricultores de Chopinzinho-Pr, Município que representa nesta Casa de Leis.

Concerne o Pedido de Informações a desapropriações efetuadas pelo INCRA, na região Sudeste do Paraná, em fins dos anos setenta.

Nos termos das denúncias trazidas pelos agricultores daquela região, teria sucedido o seguinte: em fins dos anos oitenta e início dos anos noventa, passaram os agricultores a ser sistematicamente procurados por grupos organizados de pessoas que diziam representar o INCRA e que noticiavam estar à disposição dos agricultores desapropriados Títulos da Dívida Agrária, segundo esses grupos, para receber os valores correspondentes a esses TDA's bastaria que agricultores assinassem procurações, quando então receberiam no próprio ato o valor do dinheiro.

Eram pequenos valores, mas que, de qualquer modo, nas dificuldades da vida no campo, podiam ser destinados às pequenas despesas.

Assim que centenas de agricultores assinaram tais procurações aos ditos representantes do INCRA.

Mais recentemente, descobriram os agricultores que haviam sido vítimas de estelionatários.

Primeiro, que não eram integrados aqueles grupos por representantes do INCRA e sim, eram representantes de empresas, inclusive com envolvimento de dirigentes sindicais e advogados.

Segundo, que as TDA's constituíram apenas depósitos iniciais efetuados pelo INCRA para que pudessem ser efetivadas as desapropriações susceptíveis, portanto, de contestação.

Terceiro, que sem saber ou pretender outorgam os agricultores nessas procurações poderes a indigitados estelionatários para contestar os valores desapropriatórios, inclusive transferindo aos estelionatários todos os resultados que pudessem advir dessas contestações.

Tem-se, portanto, a toda a evidência, golpe de

grandes proporções contra os agricultores e contra o próprio INCRA, este não apenas pela utilização criminosa de seu nome, como também por estar sujeito a pagar indenizações a terceiros estranhos à relação jurídica desapropriatória.

Eis que justificado, então, o presente requerimento a que possa este Poder Legislativo intervir no caso e levar aos agricultores lesados as informações necessárias a salvaguardar seus interesses e direitos.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 041/97

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Câmara Júnior de Assis Chateaubriand, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Júnior de Assis Chateaubriand é um corpo afiliado da grande organização mundial Jaycess Chamber International, a qual se propõe as finalidades de oferecer às pessoas jovens a oportunidade de desenvolver a capacidade de liderança, a responsabilidade social e o companheirismo, todos tão necessários para criar mudanças positivas.

Em razão dos altos propósitos da Câmara Júnior na capacitação do cidadão e do aprimoramento social, é uma Entidade mundialmente reconhecida. No Brasil, está em centenas de cidades, gozando do mais alto conceito, em vista de seus elevados objetivos.

Considerando que a Câmara Júnior de Assis Chateaubriand atende aos ditames da legislação vigente para declaração de utilidade pública na esfera estadual, é que encaminho a presente proposição e conclamo ao Nobre Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 042/97

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Câmara de Boa Vista da Aparecida, com sede e foro no Município de Boa Vista da Aparecida Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.97.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Júnior de Boa Vista da Aparecida é um corpo afiliado da grande organização mundial Jaycess Chamber International, a qual se propõe as finalidades de oferecer às pessoas jovens a oportunidade de desenvolver a capacidade de liderança, a responsabilidade social e o companheirismo, todos tão necessários para criar mudanças positivas.

Em razão dos altos propósitos da Câmara Júnior na capacitação do cidadão e do aprimoramento social, é uma Entidade mundialmente reconhecida. No Brasil, está em centenas de cidades, gozando do mais alto conceito,

em vista de seus elevados objetivos.

Considerando que a Câmara Júnior de Boa Vista da Aparecida atende aos ditames da legislação vigente para declaração de utilidade pública na esfera estadual, é que encaminho a presente proposição e conclamo ao

Nobre Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 043/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual para o Programa de Desenvolvimento do Extremo-Oeste do Paraná - PRODOESTE, com o objetivo de financiar planos, programas, projetos e atividades voltados ao Desenvolvimento Integrado, através das municipalidades paranaenses, que margeiam o Lago do Reservatório da Usina de Itaipu Binacional, e de agentes da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Art. 2º - O PRODOESTE será constituído:

I - Pelo aporte de recursos assegurados, nos termos da Constituição Federal e Legislação Federal, ao Estado do Paraná, como participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica pela Usina de Itaipu, no valor de 50% (cincoenta por cento) das parcelas distribuídas mensalmente, oriundas dos royalties devidos por Itaipu Binacional ao Brasil, previsto no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como nos documentos interpretativos subsequentes;

II - pelos rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do PRODOESTE no mercado financeiro;

III - pelo produto resultante de juros e amortizações da aplicação dos recursos do PRODOESTE;

IV - pelo produto resultante de operações de crédito interno e externo, integralizado para financiar intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao Desenvolvimento Integrado da Região do Extremo-Oeste do Paraná;

V - pelo aporte de recursos do Governo Federal;

VI - pelo retorno de empréstimos contratados pelo Governo do Estado e repassados aos municípios paranaenses, contemplados por esta lei, em intervenções voltadas ao Desenvolvimento Integrado;

VII - pelos recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e acordos bilaterais entre governos e empresas binacionais;

VIII - pelo produto decorrente de acordos, convênios e contratos;

IX - pelos recursos oriundos da gestão de Fundos de Pensão de Servidores Estatutários de municípios integrantes do PRODOESTE;

X - de outras receitas eventuais.

Art. 3º - O Fundo Estadual para o Programa de Desenvolvimento do Extremo-Oeste do Paraná - PRODOESTE será administrado através de um Conselho de Administração, composto de 10 (dez) integrantes, e coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN.

§ 1º - O Conselho de Administração será integrado por:

- um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que será o presidente;

- um Prefeito Municipal representante do Conselho de Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, que será o secretário geral;

- um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

- um representante da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio;

- um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano;

- um representante da Secretaria de Estado do En-

sino Superior, Ciência e Tecnologia;

- um representante das Associações Comerciais e Industriais dos municípios integrantes do PRODOESTE;

- um representante das Câmaras Municipais de Vereadores dos municípios integrantes do PRODOESTE;

- um representante das Sociedades Cooperativas Agrícolas com abrangência territorial nos municípios integrantes do PRODOESTE;

- um representante da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

§ 2º - Competirá à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral prover o necessário apoio logístico para a atuação do Conselho de Administração.

§ 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na Capital do Estado ou municípios integrantes do PRODOESTE, convocados pela Presidência e Secretaria Geral ou por 1/3 (um terço) dos integrantes do referido Conselho.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial até o limite de R\$ 12.000.000,00, destinado a viabilizar as transferências de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE para o PRODOESTE, através de uma atividade orçamentária, servindo como recursos para a respectiva cobertura, quaisquer das formas especificadas no § 1º do artigo 43 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - A administração do Fundo Estadual para o Programa de Desenvolvimento do Extremo-Oeste do Paraná competirá preferencialmente ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, sociedade de economia mista, ou às Sociedades Cooperativas de Crédito ou Bancos de Crédito Cooperativo, que vierem a ser criadas, com abrangência territorial nos municípios integrantes do PRODOESTE.

Art. 6º - O Poder Executivo aprovará, por Decreto, a regulamentação do Fundo Estadual para o Programa de Desenvolvimento do Extremo-Oeste do Paraná - PRODOESTE, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da vigência desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.97

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Os recursos financeiros propiciados pela Constituição federal, artigo 20, § 1º, e Legislação Federal, notadamente a lei nº 7.990/89 e Lei nº 8.001/90, regulamentadas pelo Decreto nº 01, de 11 de janeiro de 1991, acerca da compensação financeira (royalties) pela utilização das áreas alagadas para o enchimento do reservatório da Usina de Itaipu Binacional, previsto no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 1973, são de grande monta.

A luta pelo ressarcimento ao Paraná e aos municípios que tiveram áreas alagadas para a construção da Usina de Itaipu e outras usinas hidrelétricas, mobilizou a opinião pública e durante a Constituinte foi possível resgatar a dívida social com aquela região paranaense.

O capítulo II da Constituição Federal, que trata especificamente da União, em seu artigo 20, caracterizando os bens da União, traz inscrito no seu artigo 1º, o retrato da mobilização popular e através de emenda proposta pelo subscritor do projeto aqui retratado, no exercício do mandato de Constituinte, foi conquistada a "participação no resultado da exploração... de recursos hídricos para fins de geração elétrica... ou compensação financeira por essa exploração."

Nova luta para a regulamentação da Constituição Federal, resultando na Lei nº 7.990/89 prevê o pagamento de 6% sobre o valor da energia produzida, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica. E quando o aproveitamento atingir mais de um Estado e município, a distribuição será proporcional à área inundada e outros parâmetros de interesse regional e local. Ainda, determina que o Estado repasse 25% dos recursos obtidos pela compensação financeira a todos os municípios, obedecendo a forma de distribuição do ICMS.

A Lei Federal nº 8.001/90 institui que 45% da compensação financeira será destinada aos Estados, 45% aos Municípios, 8% ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e 2% ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Dos royalties de Itaipu Binacional, a lei prevê que 85% dos recursos devem ser distribuídos ao Paraná e aos municípios diretamente afetados e que 15% serão repassados aos Estados e municípios afetados por reservatórios a montante.

Ainda dispõe que a compensação financeira não pode ser utilizada para o pagamento de dívida e quadro permanente de pessoal, aplicando exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico (decreto nº 1 de 1991).

A planilha de cálculo feita pelo DNAEE, estabelece que os municípios diretamente afetados pela Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, recebam o equivalente a 37,71% dos recursos determinados em lei, o mesmo ocorrendo com o Estado do Paraná. Com o efeito cascata dos reservatórios a montante do lago de Itaipu, mais 5 Estados e mais de 300 municípios recebem os royalties devidos pela usina binacional.

Desde quando foi iniciado o pagamento dos royalties, já foram pagos mais de US\$ 464 milhões, sendo para o Governo do Paraná o montante de US\$ 175,4 milhões e aos municípios paranaenses atingidos pela construção de Itaipu Binacional foram destinados US\$ 177,4 milhões, segundo dados oficiais.

No ano de 1996, tivemos o depósito referente a mais de US\$ 102 milhões aos Estados e aos municípios paranaenses da área do lago de Itaipu ficaram reservados também mais de US\$ 102 milhões, descontando-se pouco mais de 0,53% para o município sul-matogrossense de Mundo Novo (diretamente atingido) e mais de 7,21% para os municípios a montante do lago. Os órgãos federais receberam sua parte, orçada em 10% dos royalties, sendo o DNAEE (8%) e o Ministério de Ciência e Tecnologia (2%).

Devemos analisar a necessidade de um Projeto Regional de Desenvolvimento, para potencializar ainda mais os recursos dos royalties, já que o FDE promove outras atividades, distantes daquelas que a região necessita, como:

- desenvolvimento agrícola, com irrigação e agroindústrias;

- desenvolvimento urbano, com moradias, saneamento e pavimentação de estradas e ruas;

- ações no fomento de ciência e tecnologia para aplicação no desenvolvimento da região do Extremo-Oeste, como a consolidação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE;

- instrumentos de financiamento ao setor produtivo para reduzir o impacto das importações do MERCOSUL na agricultura e mesmo na agro-indústria, a exemplo do trigo, soja e arroz, além de carnes.

- É justo que 50% dos recursos destinados pela Itaipu Binacional pelo pagamento dos royalties devidos ao Estado do Paraná, passem a figurar em um fundo próprio, o Fundo Estadual Para o Programa de Desenvolvimento do Extremo-Oeste do Paraná - PRODOESTE, que

contribuirá para a alavancagem da economia regional, garantindo os mecanismos para um desenvolvimento integrado e coordenado, tanto na área industrial, agrícola e nas próprias comunidades.

Além disso, institui-se a possibilidade de recursos também advindos dos royalties de Itaipu Binacional e repassados aos municípios integrantes do PRODOESTE, transformem-se em contrapartida para os programas regionais de desenvolvimento integrado.

- Ainda, os lucros originados da administração dos fundos de pensão dos servidores municipais dos envolvidos no PRODOESTE poderão ser utilizados para a constituição do caixa do fundo de desenvolvimento.

Levando-se em consideração que poderá participar da gestão dos recursos envolvidos as cooperativas de crédito, administradas pelas cooperativas agrícolas, que atuem nos municípios do PRODOESTE e que poderão exercer uma função auxiliar ao BANESTADO, contribuindo para ações micro-regionais de irrigação, escoamento, implantação de novas culturas, industrializar produtos colhidos na região, agregando valor adicionado aos mesmos, e consequentemente ampliando o desenvolvimento econômico regional.

"Eu aceito a proposta que o Diretor-Geral da Itaipu Binacional fez no sentido de somarmos esforços e investir os recursos dos royalties no futuro da região. Nós não podemos pensar que o futuro desta região só depende do comércio da ponte." Jaime Lerner, em solenidade realizada na UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu, janeiro de 1997 (transcrito do Jornal de Itaipu, fevereiro, ed. 93, pág. 6).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Havendo número e declinado da Chamada Nominal pelo ilustre autor, não havendo expediente a ser lido pelo Sr. 1º Secretário, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Horácio Rodrigues, no Pequeno Expediente.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assumimos a tribuna hoje para comunicar à Casa que estamos enviando um pedido de informações ao governo do Estado, pedindo que informe à Assembleia Legislativa, o número de indústrias que para cá vieram nas administrações do Dr. Álvaro Dias e Dr. Roberto Requião.

Quero me fazer entender da seguinte forma: saber quanto o nosso Estado está atrasado na aquisição de novas indústrias até a presente data. Aproveito a oportunidade, Senhor Presidente, para informar à Casa que estou mandando ofício pela Liderança do PL ao Senado Federal, ao Senador Roberto Requião de Mello e Silva, mostrando também ao Senador que o Dr. Roberto Requião, Prefeito em Curitiba, aplicava o dinheiro do Estado em bancos da cidade e tinha menor resultado do que as aplicações da Câmara Municipal de Curitiba, no Banco do Estado do Paraná. Me pergunto se o Dr. Roberto Requião conhece - como parece que conhece - um pouco de venda de ações, um pouco de juros, vive alardeando escândalos por esses "Brasis" agora, me pergunto por que ele, como prefeito, - e tenho essa documentação - aplicava esse dinheiro do Município de Curitiba, com rendimento inferior em mais de 2% ao mês e inferior ao que a Câmara Municipal de Curitiba, na minha presidência, aplicava no Banco do Estado.

Isto tudo, Senhor Presidente, é para que tenhamos subsídios e possamos discutir, porque na minha posse eu já havia dito: "Nem tanto lá nem tanto cá". Tento ser um Deputado independente, um Deputado que chegou pela primeira suplência, mas quero saber a verdade e estou preparado para contar essa verdade em detalhes, Senhores Deputados, detalhes que conheço. Dinheiros

que sumiram da Prefeitura Municipal de Curitiba na aplicação de dinheiro pelo então Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva.

Erá só. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente, antes anunciando em nosso meio, a presença do Sr. Deputado Federal Luiz Carlos Hauilly, pedida pelo Deputado José Tavares e de toda esta Casa de Leis. Deputado este que nos honra com sua representação e participação na Câmara Federal.

Horário das Lideranças. No Horário da Liderança do PSDB concedo a palavra ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna para opinar sobre um tema fundamental para o Paraná nos próximos anos: o Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável.

Assistimos a uma luta incansável do poder público em trazer mais indústrias para nosso Estado. São empresas multinacionais, transnacionais, que fazem opção pelo Paraná, por encontrarem excepcionais vantagens, tanto do ponto de vista estratégico como aporte de recursos da iniciativa privada local e mesmo de isenções fiscais e apoio científico, utilizando-se do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Iniciado o processo pela Renault, depois pela Chrysler, Audi-Volkswagen e agora o anúncio da vinda da Detroit Diesel.

Todas concentrando-se na Região Metropolitana de Curitiba. Todas observando a localização estratégica, do Porto de Paranaguá, do Aeroporto de São José dos Pinhais e dos mercados consumidores do Sudeste e do Sul além dos países vizinhos do MERCOSUL.

Este esforço é fundamental para o Estado.

Mas, não podemos centralizar todos os mecanismos do Estado nesta postura, sob pena de vivermos no futuro uma excessiva concentração de renda e de poder na região metropolitana.

São Paulo já vive os percalços da excessiva concentração na região do ABC paulista. São cidades com excelente arrecadação tributária, mas uma baixa qualidade de vida.

Os dados estão aí para verificar.

A revista Veja, do dia 19 de fevereiro de 1997, trouxe uma ampla reportagem sobre os "novos pólos de crescimento e as oportunidades que eles oferecem".

Nela verificamos as palavras do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Emerson Kapaz:

"O ABC paulista nunca voltará a ser a potência industrial que já foi. Ele continuará a ser uma região importante, mas em outras áreas, como o comércio e os serviços. As indústrias estão indo para outros lugares."

O consultor Edison Cunha, da Trevisan Associados, entrevistado pela mesma revista apontou a necessidade de se investir onde haja um pólo de excelência em conhecimento, com Universidades capazes de propiciar o suporte tecnológico necessário.

As palavras do consultor foram:

"As universidades se tornaram centros de atração de empresas tão importantes quanto as vantagens fiscais. Uma empresa escolhe a região de Campinas ou de Ribeirão Preto mais pela excelência das suas universidades do que por incentivos."

Não podemos permitir que o mesmo ocorra no Paraná. A concentração de indústrias na Região Metropolitana, poderá ser benéfica apenas em um curto espaço de tempo. Quem garante que os problemas vividos pela região do ABC paulista não ocorrerão nas cercanias de Cu-

ritiba?

Devemos oferecer ao interior do Estado uma alternativa de desenvolvimento, nos mesmos moldes do que ocorre no interior do Estado de São Paulo. São cidades como Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, Jundiaí, São Carlos, São José do Rio Preto, Bauru, e tantas outras, que pelo desenvolvimento alcançado são chamadas de "Califórnia" brasileira.

É preciso oferecer alternativas de desconcentração de oportunidades. Melhorar a infra-estrutura do Estado deve ser ponto de honra dos governantes.

O jornal Folha de São Paulo, edição do dia 16 de fevereiro, trouxe uma ampla matéria sobre o censo demográfico do IBGE de 1996 e descreveu pelos dados obtidos, o surgimento do que chamou de "Metrópoles Emergentes nos Anos 90".

No Paraná, a Folha de São Paulo, destacou no mapa publicado na primeira página do jornal, as Cidades de Curitiba, Foz do Iguaçu, Maringá e Londrina.

A matéria do jornal paulista relata que "os brasileiros estão se concentrando em torno de novas regiões metropolitanas. Menores e mais espalhadas pelo país, são a versão anos 90 das grandes metrópoles, como São Paulo, que atraiam centenas de milhares de pessoas até o final da década de 70".

Pelo censo de 1996, temos uma análise do percentual de crescimento anual, acima dos 2%, dos vários municípios paranaenses, sendo que o jornal listou 43 localidades.

O Sr. José Maria Ferreira - Nobre Deputado, eu lhe agradeço o aparte e traz nesta tarde uma questão extremamente delicada e interessante.

Estamos vendo acontecer no Paraná a industrialização de vias transversas. Temos tantos exemplos, e hoje o ABC que V. Exa. citou é um exemplo negativo da própria concentração.

E estamos querendo construir no Paraná especialmente na Região Metropolitana, em detrimento de outras regiões do Estado, o novo ABC do Paraná na Região Metropolitana. O modelo certo é o modelo da integração, é o modelo que permita a todos os paranaenses dividir com os demais, com seus irmãos também da Região Metropolitana, o desenvolvimento, o progresso, a indústria, o emprego, a geração de renda e o índice da qualidade de vida. Isso que gostaríamos que estivesse acontecendo para que pudéssemos, também aqui, como lá no interior de São Paulo, contemplarmos as nossas "Califórnia" brasileiras. Como é Sertãozinho, como é Araraquara, Sorocaba, enfim tantos outros municípios paulistas, Lençóis Paulista, que tem um desenvolvimento aliado a uma indústria forte não só no Cinturão Paulista, mas também no interior.

É isso que gostaríamos, esta é a nossa reclamação, esse é o nosso pleito junto ao Governador Lerner. É importante vir as indústrias do Paraná. É sim. Só que elas não podem vir para trazer e agravar um problema. Que será o superadensamento da região metropolitana em detrimento do esvaziamento tanto populacional quanto econômico e político do resto do Estado. Não é bom, nem a Região Metropolitana que hoje sucumbe diante da violência, diante das péssimas condições de moradias e sobrando no interior do Estado uma infra-estrutura que poderia ser aproveitada, podia ser potencializada na melhoria da qualidade de vida de nossos irmãos.

Por isso, parabéns à V. Exa. por ter trazido e ter condições de permitir a discussão de tão importante questão nesta tarde.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço o aparte, Deputado José Maria Ferreira.

Onze municípios localizam-se na área metropolitana de Curitiba, ou seja, 26% das localidades descritas no levantamento, enquanto que no interior, podemos encontrar sete cidades no Oeste, três no Sudoeste, dez no Norte, três no Sul, três no Litoral e seis no Centro-Sul.

O recenseamento demográfico foi feito no momento em que o anúncio das montadoras automobilísticas, não havia impactado a sociedade brasileira, que pôde perceber um florescimento do novo Eldorado na Região Metropolitana de Curitiba.

É preciso estabelecer uma urgente disciplina no crescimento do Paraná, sob pena de vivermos no futuro dificuldades no relacionamento entre as regiões do Estado.

Não faz muito tempo que o movimento pela criação do Estado do Iguaçu, permitiu aflorar uma situação constrangedora para as lideranças políticas e econômicas do Paraná.

O movimento liderado pelo ilustre Prefeito de Londrina, o ex-Deputado Estadual, Antonio Belinati, faz renascer uma pergunta em todos nós: "a população está satisfeita com a concentração de riquezas e oportunidades na Região Metropolitana de Curitiba?"

O ex-diretor de redação do jornal Folha de Londrina, Walmor Macarini, escreveu um artigo naquele diário, expondo opiniões sobre o movimento intitulado "Pé-Vermelho", e cobrando mais recursos e atenção dos governos federal e estadual para a Região Norte do Paraná.

Ora, não podemos tentar tapar o sol com a peneira: há, consciente ou inconscientemente, uma excessiva concentração de investimentos na Região Metropolitana, com o respaldo do bom posicionamento estratégico.

Mas, e as compensações ao restante do Estado?

É preciso desconcentrar o desenvolvimento.

Hoje estou propondo um novo fundo de desenvolvimento para nosso Estado: o Fundo Estadual para o Programa de Desenvolvimento do Extremo-Oeste do Paraná - PRODOESTE.

Nos índices do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU e o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, e envolvendo apenas os municípios lindeiros ao lago de Itaipu, o PRODOESTE deverá contar com 50% dos recursos obtidos pela compensação financeira, da utilização das terras alagadas para fins de geração de energia elétrica pela Usina de Itaipu, ou seja, os royalties cuja introdução na carta magna brasileira, foi obtida por uma ampla mobilização popular e apoio da imprensa paranaense, e que modestamente, pode servir de instrumento como Deputado Constituinte, ao redigir a emenda constitucional que serviu de modelo ao Relator, Deputado Bernardo Cabral.

O PRODOESTE pretende obter ainda as contrapartidas das prefeituras municipais, e somar rendimentos com a taxa de administração dos fundos municipais de pensão dos servidores daquelas localidades, podendo ainda ser gerido pelas cooperativas de crédito que tenham abrangência nos municípios afetados pelo Lago de Itaipu.

O objetivo é que as cooperativas de crédito tenham uma fonte a mais de recursos financeiros para que possam alavancar os produtores rurais, na busca de inovação tecnológica, novas culturas e principalmente novas práticas de manejo agrícola.

O programa terá supervisão do governo estadual, parceiro ativo nas decisões técnicas e gerenciais do PRODOESTE.

É preciso lembrar o pronunciamento do Governador Jaime Lerner, em solenidade realizada na UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu, no último mês de janeiro e transcrito no Jornal de Itaipu, em fevereiro, edição número 93, página 8: "Eu aceito a proposta que o Diretor-

Geral da Itaipu Binacional fez no sentido de somarmos esforços e investir os recursos dos royalties no futuro da região. Nós não podemos pensar que o futuro desta região só dependa do comércio da ponte."

Era uma resposta ao anseio da comunidade regional, já exposta em outras oportunidades por lideranças políticas, até mesmo durante a campanha eleitoral de 1994, quando o candidato à Governador Jaime Lerner visitava Foz do Iguaçu.

O momento é propício para transformar um sonho coletivo em realidade.

O posicionamento favorável do Governador Jaime Lerner é fundamental para que nosso desejo se materialize em um programa de obras e desenvolvimento integrado em 16 municípios, com uma renda originada pela compensação ao prejuízo incomensurável do alagamento de terras férteis na Região do Extremo-Oeste do Paraná.

É necessário criar alternativas de investimento, dotando aquela região de condições favoráveis para atração de indústrias que agreguem valor adicionado à matéria prima produzida nos municípios e mesmo aquelas que possam ser importadas dos países vizinhos, como Argentina e Paraguai, nossos parceiros no MERCOSUL.

Desta forma poderemos construir uma região forte, com comunidades capazes de solucionar seus problemas, e ampliando o leque de oportunidades de investimento para empresas que queiram se instalar no pólo emergente do Paraná.

Peço o apoio dos nobres Parlamentares para que o projeto seja aprovado e que a Região do Extremo-Oeste do Paraná possa obter uma fonte alternativa de desenvolvimento e progresso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado Horário. Com a palavra PSDB, PFL, PT, PTB, PPB (Todos declinam). Liderança do Governo:

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, vou fazer uso do horário da Liderança do Governo por um instante só para comunicar a esta Casa de que o Presidente da COPEL estará na Liderança do Governo às 16:00 horas se colocando à disposição dos Nobres Parlamentares para prestar os esclarecimentos sobre a questão levantada pelo ilustre Deputado Romanelli, a partir das 16:00 horas na sala da Liderança do Governo. Era só Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças e a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sergio Spada constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/97 de autoria da Comissão Executiva. Ficam transformados, setenta e oito (78) cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em cento e sessenta e dois (162) cargos símbolo "G", conforme específica. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 030/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar, os Lotes nºs 66 e 66A do imóvel São Sebastião - perímetro 0, situados no Município de Adrianópolis, à José Fernandes dos Santos. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.J.C.. Aprovados, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 033/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo alienar a Mário Medeiros dos Santos, o Lote nº 33, do imóvel São Sebastião - Perímetro 0, situado no Município de Adrianópolis. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.J.C.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 034/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo alienar a Ivanildo de Lima Farias, o Lote nº 33, do imóvel Limoeiro, situado no Município de Adrianópolis. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.J.C.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/95, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Governo do Estado ao Município de Lupionópolis. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C.. Com PARECER da C.C.J., a EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 228/95.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA

AO PROJETO DE LEI Nº 228/95

P A R E C E R :

A presente Emenda Aditiva ao parágrafo único, do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 228/95, objetiva acrescentar à cláusula resolutive de impenhorabilidade e inalienabilidade, a de reversão automática do imóvel objeto da presente proposta de doação, ao patrimônio do Estado.

Neste aspecto é altamente salutar, pois assegura que a finalidade específica a que se destina o imóvel em referência não seja desvirtuada. Além do que, assegura ao texto do referido parágrafo único seu perfeito enquadramento nas disposições do artigo 1º da Constituição do Estado, que dispõe sobre a matéria.

Vale, ainda, resaltar que a emenda apresenta o devido apoio, estando, portanto, correta quanto ao aspecto regimental. Quanto à legalidade e constitucionalidade, não há nada a opor. O parecer, portanto, é favorável ao seu acolhimento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.95.

(aa) CARLOS SIMÕES,
NELSON JUSTUS,

BAÍLIO ZANUSO,
CÉZAR SELEME,
GERALDO CARTÁRIO,
WALMOR TRENTINI,
CAÍTO QUINTANA e
IRONDI PUGLIESI.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a retroceder ao Município de Paçandu data de terra e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C.. APROVADO.
(Publ. no D.A. nº 132/95, de 10.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 402/95

P A R E C E R :

A proposição em tela, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado do Paraná a retroceder ao Município de Paçandu data de terra e dá outras providências.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 402/95

P A R E C E R :

O Projeto de Lei em questão, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, objetiva a reversão da data nº 14 da Quadra nº 17 do Município de Paçandu, do Estado para aquela Municipalidade.

Considerando que:

- o referido terreno fora doado pela Prefeitura de Paçandu ao Estado do Paraná para que ali constitísse o prédio da Agência de Rendas Estaduais;

- o referido prédio foi construído pelo Estado, porém, após alguns anos, o mesmo Estado houve por bem desativar a Agência de Rendas, desaparecendo, portanto, o "fim específico";

- o Município, então, passou a utilizar o prédio para serviços de saúde, oferecido à população;

- hoje, naquela administração municipal pretende expandir esse atendimento e, conseqüentemente, ampliar também a área construída, para viabilizar a instalação de ambulatório e demais atividades;

- a prefeitura só poderá destinar recursos para construção em terreno que lhe pertença, até para atender a legislação;

- o aproveitamento de um prédio já existente da forma racional, em benefício da população, conforme a prefeitura vem fazendo é altamente elogiável;

- não encontrou, esta comissão, óbice legal para a pretendida reversão, este relator vem emitir o Parecer Favorável a sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.95.

(aa) JOSE MARIA FERREIRA - Presidente;
GERALDO CARTÁRIO - Relator.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/95, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a Doar os Materiais de Pesca apreendidos pelo IAP à Instituição de Pesquisa e/ou Colônias de Pesca, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., Com EMENDA da C.C.J., Com PARECER FAVORÁVEL. Aprovado.

(Publ. no D.A. nº 186/95, de 14.12.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 561/95

P A R E C E R :

O Projeto de Lei, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar os materiais de pesca apreendidos pelo IAP à Instituições de pesquisa e/ou Colônias de Pesca.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis, apresentando Emenda Modificativa ao texto primitivo.

Nosso parecer é Favorável, opinando-se pela aprovação da Emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente,

WALMOR TRENTINI - Relator.

EMENDA MODIFICATIVA DA C.C.J. DE Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 561/95

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar os materiais de pesca apreendidos pelo Instituto Agrônomo do Paraná - IAP às Instituições de Pesquisa estabelecidas no Estado do Paraná, legalmente constituídas e registradas nos órgãos competentes.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator.

JUSTIFICATIVA:

A Apresentação promovido pelo IAP é uma ação contra a pesca predatória. O material apreendido, portanto, é o meio usado para a ação predatória. Como tal, a transferência das mãos dos autuados para outros pescadores, em que pese a intenção de propiciar melhores condições aos pescadores considerados de baixa renda, traduzir-se-á, com o passar dos tempos, em uma ação incoerente, pois a pesca predatória passará a ser praticada, desta forma, com o amparo legal. Com esta consideração, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação do Projeto de Lei 561/95 de acordo com a presente Emenda.

EMENDA MODIFICATIVA

DA C.C.J. DE Nº 02

Art. 1º - O Art. 1º e Art. 2º do Projeto de Lei nº 561/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná a doar materiais de pesca apreendidos pelo LAP ou seus conveniados à Instituições de Pesquisa e Associações de Pescadores estabelecidas no Estado do Paraná, legalmente instituídos e registrados junto ao órgão Federal ou Estadual competente.

Parágrafo Único - Poderão se beneficiar desta lei os aquicultores amadores, devidamente registrados, assistidos pela Assistência técnica oficial e que comprovadamente sejam considerados de baixa renda.

Art. 2º - Esta lei deve ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa dias) a contar da

sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

JUSTIFICATIVA:

Para melhor adequação do projeto de lei às necessidades dos beneficiários se faz necessário a apresentação da presente Emenda Modificativa, fazendo alguns ajustes ao texto primitivo.

Por isso, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis e a aprovação da presente Emenda ao Projeto de Lei nº 561/95, com parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 206, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares,

Apenas para destacar este requerimento despretensioso de congratulações ao 32º aniversário da revista Paraná em Páginas do nosso querido jornalista Cândido Gomes Chagas. Uma revista, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, que durante todo este tempo mantém um estilo de editorial, um trabalho quase que artesanal de uma pessoa dedicada exclusivamente a fazer uma boa notícia com coluna destinada ao Executivo, ao Judiciário, um forte representante das dificuldades do nosso litoral, incentivador da aplicação de recursos para a melhoria do Litoral do Paraná e uma revista com características próprias, uma revista que não visa a sua sobrevivência em cima da matéria paga. Acho que com justiça esta Casa faria uma homenagem votando congratulações ao 32º aniversário da Revista Paraná em Páginas do Jornalista Cândido Gomes Chagas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em Votação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 210, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adiado na forma regimental.

O ilustre Líder do PMDB atuante como sempre nos nossos cumprimentos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Até pedi para discutir, Sr. Presidente, porque no pronunciamento do Deputado Horácio Rodrigues no final ele falava de possíveis irregularidades ou coisas do Prefeito Roberto Requião.

Então, é necessário a gente esclarecer se é do Prefeito ou do Governador se ele quer informações.

Requerimento nº 211, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente,

especialmente ao Deputado Valdir Rossoni para orientação da Bancada. Este pedido, Sr. Presidente, direcionado ao BANESTADO tem um a razão simples, os avicultores da região oeste e sudoeste compõem uma associação. Esses agricultores pela dificuldade de uma empresa dos quais estão integrados naquela região estão em média cem dias sem receber os lotes de frangos entregues. A grande maioria desses aviários são financiados no programa Panela Cheia. O programa Panela Cheia ele subsidiava essas construções desde que os pagamentos fossem feitos em dia. Pagamento atrasado

perde o direito de subsídio.

Portanto, como esses avicultores, pequenos proprietários estão entregando o frango, não estão recebendo do frigorífico que faz o abate, é justo que o BANESTADO procure uma alternativa para que esses avicultores não sejam protestados e não percam a possibilidade de ter o benefício do programa Panela Cheia. É um pedido simples ao Banco para que renegocie estas dívidas com os avicultores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o requerimento do Deputado Caio Quintana.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adiado na forma regimental.

Requerimento nº 212, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 213, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 214 a 216, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 218, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 217, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, com apoio do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Aprovado pela Mesa Executiva e referendado pelo Plenário.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, só para esclarecer neste dia vai ser lançado um movimento contra a privatização da Vale do Rio Doce aqui na nossa capital, já está confirmada a presença do Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, mais o Senador Roberto Requião. A razão que nos leva a solicitar esse Plenário a esta Casa é para receber os ilustres visitantes, e também o movimento "Reage Brasil", em defesa da Vale do Rio Doce, já formulou convite ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner para se fazer presente, e a outros Senadores da República que provavelmente também aqui estarão. Assim agradecemos o apoio desta Casa, da Mesa Executiva, e convidamos todos os Srs. Deputados para estar presente neste dia 14, às 19:00 horas, aqui neste Plenário para este evento.

Requerimento nº 180, de autoria do Sr. Deputado Toti Colação, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para encaminhar concedo a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, é da maior importância que possamos aprovar este requerimento do Deputado Toti Colação, que certamente fará o seu encaminhamento no dia de hoje, mais faço em meu nome pessoal, em nome do Bloco Agropecuário um apelo a todos os Srs. Deputados para que possamos solicitar essas informações junto ao BANESTADO com referência aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - O PRONAF. É sabido de todos que

quando esteve no Ministério da Agricultura, o Senador José Eduardo de Andrade Vieira, instituiu este programa que vinha de encontro à reivindicação, principalmente dos pequenos trabalhadores do Paraná e de todo este País, ou seja, de que os pequenos produtores pudessem ter uma linha de crédito diferenciada para que pudessem eles ter um custeio das suas lavouras, e também os investimentos necessários à pequena propriedade. Após essas reivindicações a implementação do programa pelo Ministro José Eduardo, através do Ministério da Agricultura, tivemos já no Paraná diversas reuniões, uma delas inclusive acontecerá na minha cidade de Ivaiporã, no próximo dia 14, onde também estará se discutindo esse assunto. No último mês de fevereiro reuniões houveram no Estado de Santa Catarina e até culminou lá em Santa Catarina com a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar. Então, é um assunto que tem sido discutido muito amplamente em nosso Estado. Me lembro que participei também de um seminário aqui nas dependências da AFETAEP junto com o Secretário Hermas Brandão, com a Diretoria do Banco do Brasil, com o Doutor Guilherme Dias do Ministério da Agricultura, e uma das coisas mais reivindicadas era a respeito do PRONAF, os recursos de custeio estão saindo, de qualquer maneira está saindo alguma coisa. Agora, o entrave que está acontecendo diz respeito ao PRONAF-Investimento. E o próprio Presidente do Banco do Estado numa conversa recente com Lideranças nesta Casa disse que o BANESTADO não estaria liberando o PRONAF-Investimentos porque era um investimento de alto risco, era um financiamento de risco, que o Banco Poderia ter prejuízo, e que só fariam alguma coisa se houvesse alguma compensação ou do Tesouro Estadual, ou do Governo Federal.

Por essa razão faz-se necessário que a Casa conheça aquilo que o Governo do Estado, Governador Jaime Lerner, através do Banco do Estado está fazendo em apoio a pequena propriedade rural, financiando os agricultores através do PRONAF, porque hoje o que sabemos é muito pouco a esse respeito. Então, é um apelo que faço aos Srs. Deputados que aproveemos esse requerimento, é um requerimento que vem de encontro ao interesse de todos os pequenos produtores rurais. Estamos tendo reuniões seguidas pelo Paraná a fora, pelo Brasil a fora, e nós até hoje não temos essas informações, o Deputado Toti não tem, eu não tenho, tenho certeza que a maioria dos Srs. Deputados não sabem quantos milhões, quantos mil, quantos cruzeiros, quantos reais foram aplicados pelo BANESTADO através do PRONAF-Custeio, ou através do PRONAF-Investimento. Então, é necessário que aproveemos para que esta Casa saiba, todos saibamos participar destes movimentos com conhecimento de causa. Não é nada contra o Governo do Estado. Não é nada contra o BANESTADO, mas é um requerimento acima de tudo a favor do pequeno produtor rural, que todos termos nos manifestado como seus defensores, aqui nesta Casa.

Portanto, vamos aprovar este requerimento, e aguardar estas informações, para que possamos na sequência, junto com todas as lideranças, seja do Governo ou da Oposição, estabelecermos estratégias, que possam vir realmente de encontro aos interesses do pequeno produtor, principalmente, aquele que se dedica à agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, Para Encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Antes do encaminhamento da votação, gostaria somente de lembrar aos Srs. Deputados, de fazer o convite, para que

amanhã, de manhã, às 11:00 hs., o Secretário da Fazenda vai se fazer presente nesta Casa, na liderança do Governo, de acordo com a confirmação do nosso líder, Deputado Rossoni, para discutirmos a questão do Projeto do Programa Simples do Governo Federal e do Governo Estadual.

Portanto, convoco aos Srs. Deputados, para comparecerem amanhã, às 11:00 hs., na liderança do Governo, com a permissão do líder Rossoni, para que possamos ter os esclarecimentos necessários a respeito do Programa Simples Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Aproveitando o assunto de que o Deputado Renato Adur noticia a esta Assembléia, de que amanhã, o Secretário das Finanças estará aqui, a convite do líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, para prestar esclarecimentos a respeito do Simples, tomei conhecimento de que na 5ª-feira, eu não estava presente no Paraná, mas na 5ª-feira, à tarde, o Secretário das Finanças esteve aqui na Assembléia, para esclarecer aos Srs. deputados a respeito do processo de debêntures, em relação a COPEL.

Pelas informações que tive, o Secretário que aqui veio, não trouxe uma única folha de papel, a não ser, constando o montante das operações em relação as debêntures, e quais as operações que foram feitas: foram feitas uma, duas ou três.

O que gostaria, que o Deputado Valdir Rossoni aproveitasse o ensejo, e solicitasse ao Secretário das Finanças, porque há uma notícia que está sendo vinculada em todos os jornais do Paraná e do Brasil, de que a BANESTADO Leasing foi a que emitiu as debêntures, em relação ao processo da COPEL, e de que teria uma relação da BANESTADO Leasing como esta corretora, que está hoje na CPI do Senado, a IBF, de que teria alguma participação.

O que seria importante, Deputado Valdir Rossoni, é que o Secretário das Finanças trouxesse as informações a respeito de como as debêntures foram negociadas, e se foram, com quais empresas: esta ou aquela. E como é que foi essa operação do ponto de vista dos recursos: se houve deságio, se não houve deságio, quem faturou, quem não faturou. Porque é muito fácil o secretário afirmar através de palavras, de que as operações foram legais, e foram com BNDES, através do Banco do Estado.

Ora, o Banco do Estado, também pode incorrer em erro, assim como ocorreu com o Banco do Estado de Santa Catarina, que no processo na emissão dos títulos precatórios está comprometido com mais de trezentos milhões de reais, que quase foram suspensos, agora, através do Banco Central, em função dessas operações.

Então, a desculpa, de que é um banco estatal, na realidade não satisfaz a suspeita de que possa ter havido alguma irregularidade.

Acredito, que V.Exa., e o Secretário das Finanças tem toda a intenção de não deixar nenhuma dúvida pairar a respeito do processo das debêntures.

Então, gostaríamos que V.Exa. noticiasse o secretário, que trouxesse documentação dessas operações, porque elas foram feitas há um ano atrás. E como elas foram feitas no ano passado, essa documentação é de fácil acesso. A Secretaria das Finanças tem o controle dessas informações, e poderia nos trazer.

A outra observação que quero fazer ao líder, uma sugestão, gostaria de saber se V.Exa. pretende trazer o Superintendente da COPEL, Dr. Ingo Hubert, em relação ao processo da subestação de São José dos Pinhais, que foi solicitado pelo Deputado Romanelli, a respeito

desta subestação, que eu tinha licitação, de que se V. Exa. pretende trazer o Superintendente da COPEL, a esta Assembléia, seja a convite seja por convocação, seja no salão nobre, seja na sala da Presidência, ou na sala do Líder do Governo, Deputado Rossoni, gostaria de saber quando V. Exa. pretende trazê-lo para prestar informações a respeito da subestação da COPEL. Antes de levantar, em Plenário prefiro ouvir as ponderações do Superintendente da COPEL.

O SR. WALDIR ROSSONI - Estamos, Deputado Vanhoni convidando o Presidente da COPEL para agora às 16:30 hrs., na sala da liderança, para que ele possa discutir, amplamente, com os Deputados sobre estes questionamentos que foram aqui levantados. Às 16:30 hrs.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o requerimento do Deputado Toti Colaço. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 199, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. FLORISVALDO RER (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal da Associação Médica do Paraná divulgou, recentemente, que cerca de 20% dos estabelecimentos de Saúde de nosso Estado têm licença sanitária. Por isso enviei ofício ao Sr. Secretário de Saúde solicitando a confirmação. O Sr. Secretário confirmou, em ofício, que realmente somente 20% das entidades de Saúde, hospitais e clínicas têm licença sanitária. Sabemos que é um montante bastante baixo, muito aquém do desejado, porque para abrir qualquer comércio se exige licença sanitária e para abrir hospital, ao longo da história do Paraná, não estou dizendo que é este Governo, ao longo da história do Paraná não se exigiu licença sanitária. Porque se só tem 20% significa que nunca foi consultado neste sentido.

Então como acho importante a área de Saúde Pública saber quais são os estabelecimentos que estão devidamente preparados, instrumentalizados para o atendimento da população, é que fazemos este Pedido de Informação, para que tenhamos clareza, para que, como Parlamentares, possamos cobrar destas entidades que vão requisitar as suas licenças sanitárias.

Fiquei sabendo, na última 5ª-feira, que o Hospital Vita, de Curitiba, que se diz o maior hospital da América Latina, não tem licença sanitária para funcionamento. Agora o açougue da esquina se não tiver não abre, fica fechado.

É neste sentido que peço o apoio e a aprovação. E quero deixar bem claro, a responsabilidade não é desse Governo, é ao longo de todos os governos, se tiver responsabilidade para alguém, caso se confirmem estes dados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 200, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo Autor.

Requerimentos nºs 207 e 208, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 221, de autoria do Sr. Deputado Remy Borsatto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 201, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. FLORISVALDO FIER (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente o articulista Luiz Geraldo Mazza publicou, na Folha de Londrina, que a Renault está emitindo nota fiscal. Somente estou pedindo se é verdade este fato, aonde é a sede da empresa, nome, endereço, qual é o material que ela está vendendo e a origem deste material. Entendo que isto é possível ser respondido pelo Sr. Secretário, uma vez que não há quebra de sigilo fiscal, não estou perguntando se alguém está ou não sonegando, quanto está pagando ou deixando de pagar, se estão em débito ou não, que aí sim entendo como sigilo fiscal. Nessa situação, perguntar o endereço que se está emitindo nota, quais são as mercadorias que estão na nota, isso no meu entendimento não é a quebra do sigilo fiscal, mas sim esclarecimentos que devem ser dados a esse Parlamento ou a qualquer um de nós Deputados, para podermos até ver a legalidade. Por isso que solicito informação baseada em que lei a Renault está fornecendo essas notas fiscais ou vendendo mercadorias.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Requerimento. Rejeitado o Requerimento.

O SR. FLORISVALDO FIER - Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Verificação de Votação. Solicito ao Senhor 1º Secretário que faça a contagem dos Senhores Deputados.

Votaram Favorável 12 Senhores Deputados. Rejeitaram o Requerimento 24 Senhores Deputados.

O Requerimento é rejeitado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Presidente, só gostaria de registrar a presença, em nossa Casa, do Prefeito de Malet, Senhor Silvestre e o Prefeito de Paula Freitas Senhor Valdemar, da Região Sul do Estado do Paraná, a qual represento com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Associada a presença dos Prefeitos e ilustres visitantes nesta Casa pela Mesa Executiva.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 363 e 511/96

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 402 e 561/95 e 032/96

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 036 e 037/96.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 68/97

conceder aposentadoria, a pedido, a RENATO MÁRIO MIGUEL, matrícula nº 40.0006, funcionário desta Assembleia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A" -N-61, nos termos do art. 35, inciso III, letra "C" da Constituição Estadual, com proventos mensais e proporcionais a seu cargo efetivo e quatro (04) quinquênios, de acordo com o art. 170, parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, calculados em conformidade com a Resolução nº 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado, resultando em proventos de inatividade conforme cálculo de fls. 12, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal desta Casa.

(Prot. nº 768/97)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 67/97

conceder, a Valéria de Souza Vanhoni, viúva do ex-Deputado Vidal Vanhoni, falecido em 04 de fevereiro de 1997, pensão mensal, de acordo com o art. 1º da Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, e art. 1º da Resolução nº 045/90, de 26 de junho de 1990.

(Prot. nº 1.034/97)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.02.97.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário

NELSON GARCIA

2º Secretário

Ato da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

PORTARIA Nº 36/97

mandar contar, para efeito de aposentadoria, em favor de RENATO MÁRIO MIGUEL, matrícula nº 40006, funcionário desta Assembleia Legislativa sob Regimento Jurídico Único, exercendo o cargo de agente Administrativo "A"-61, nos termos do art. 35, parágrafo 2º, da Constituição Estadual, do tempo de quatro (04) anos, dois (02) meses e dezoito (18) dias, referentes a serviços prestados à Prefeitura Municipal de Japira, Paraná, e nos termos do art. 35, parágrafo 5º da Constituição Estadual, do tempo de três (03) anos, três (03) meses e oito (08) dias, conforme Certidão do INSS, em anexo.

(Prot. nº 768/97)

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.02.97.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral